JOÃO PAULO FAUSTINONI E SILVA

**MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO:
subsídios teóricos e práticos para o necessário aperfeiçoamento
institucional**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Nina Beatriz Stocco Ranieri

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2018

JOÃO PAULO FAUSTINONI E SILVA

**MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO:
subsídios teóricos e práticos para o necessário aperfeiçoamento
institucional**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação da Professora Associada Nina Beatriz Stocco Ranieri.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2018**

Ficha Catalográfica
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

SILVA, João Paulo Faustinoni e

Ministério Público e a defesa do direito à educação: subsídios teóricos e práticos para o necessário aperfeiçoamento institucional. São Paulo: USP/Faculdade de Direito, 2018. 225 f.

Orientadora: Professora Associada Nina Beatriz Stocco Ranieri

Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Estado, 2018.

- 1. Direito do Estado. 2. Ministério Público e a defesa do Direito à Educação: subsídios teóricos e práticos para o necessário aperfeiçoamento institucional. 3. RANIERI, Nina Beatriz Stocco.**

BANCA EXAMINADORA

Professora Associada Nina Beatriz Stocco Ranieri

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Moacyr e Zoraide, amorosos educadores de filhos, sobrinhos e netos, pela inspiração de toda a vida dedicada a uma educação pública, gratuita, libertadora e de qualidade para todos. Pais professores que, pelos caminhos misteriosos da genética e da cultura, contribuíram decisivamente para que eu, Promotor de Justiça, acabasse por me dedicar à defesa do direito à educação que, por tantas décadas, defenderam – com muito maior competência – no chão da escola brasileira.

À minha querida tia Luiza, “Leco”, também educadora, minha professora de inglês no ensino fundamental, pelo carinho de sempre, pela leitura dedicada e pelo apoio em cada passo da elaboração desta dissertação. Suas críticas, revisões e sugestões foram essenciais. Minha sincera e eterna gratidão.

À Professora Nina Beatriz Stocco Ranieri, primeiramente, por ter me encorajado a enfrentar os desafios do trabalho acadêmico em reflexão sobre minha experiência profissional no Ministério Público de São Paulo, orientando-me nessa aventura. Agradeço a confiança, a oportunidade de ter frequentado disciplinas fundamentais para a realização de minha dissertação e, especialmente, por assegurar espaço privilegiado de pesquisa sobre o direito à educação na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Aos Professores Ricardo de Barros Leonel e Maria Paula Dallari Bucci, pelas valiosas críticas e sugestões feitas por ocasião da banca de qualificação.

Aos amigos de Ministério Público, Luiz Antonio, Ozório, Julio e Maria Izabel, pela acolhida em meus primeiros dias de Geduc e pela generosidade com que têm compartilhado seus conhecimentos e experiência na defesa do direito à educação. À Sandra e ao Daniel que, mais recentemente, engrossaram as fileiras de promotores engajados na defesa do direito à educação e que, no convívio e diálogo diários, enriqueceram este trabalho.

A tantos outros amigos e amigas — Promotores e Promotoras de Justiça exemplares – com os quais tenho a felicidade de compartilhar momentos ricos de estudos sobre a instituição e sobre a sociedade brasileira. Sigamos.

Gabriela, Carol e Amanda, jovens funcionárias veteranas do Geduc, em nome de quem agradeço a todos os servidores que integraram e que hoje integram o grupo, tão dedicados e imbuídos do espírito democrático de equipe, cientes de suas responsabilidades e preocupados com o resultado efetivo do trabalho que realizam.

À Larissa, Cíntia e Bel, profissionais competentíssimas do Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial do Ministério Público, pelo diálogo interdisciplinar e por ampliarem o campo de visão do Geduc, contribuindo decisivamente para análises menos simplistas e dogmáticas dos graves problemas relacionados ao direito educacional, apontando soluções que, em regra, exigem articulação de saberes e atores. O que aprendi com vocês também é parte desta dissertação.

À Paula, minha linda companheira, que, com sabedoria de psicanalista e disposição carinhosa, tranquilizou-me nas horas de angústia, aconselhou e escutou-me nas noites de insônia, incentivou-me nos momentos de desânimo e foi muito, muito paciente nos dias — não tão raros — de mau humor. A felicidade de conviver com você fez tudo mais fácil.

Por fim, agradeço aos meus filhos, Rafael e Sofia, adolescentes curiosos, críticos, doces e inteligentes, por terem compreendido as razões de um pai temporariamente mais atarefado, irritado e distante e por serem parceiros tão queridos e divertidos nesse processo infinito de educação não bancária, em comunhão. Que esse trabalho possa servir para que vocês – participando ativamente do processo – tenham um país mais justo, menos desigual.

Abancado à escrivaninha em São Paulo
Na minha casa da rua Lopes Chaves
De supetão senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo, muito comovido
Com o livro palerma olhando pra mim.

Não vê que me lembrei que lá no Norte, meu Deus! muito longe de mim,
Na escuridão ativa da noite que caiu,
Um homem pálido, magro, de cabelo escorrendo nos olhos,
Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
Faz pouco se deitou, está dormindo.

Esse homem é brasileiro que nem eu.

1987) “Descobrimento” (ANDRADE, M. *Poesias completas*. São Paulo: Edusp,

SILVA, João Paulo Faustinoni e Silva. Ministério Público e a Defesa do direito à educação: subsídios teóricos e práticos para o necessário aperfeiçoamento institucional. 2018. 225 f. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

O Ministério Público brasileiro, tradicionalmente incumbido da defesa dos interesses da Coroa, da Fazenda e da promoção da ação penal, recebeu, com a Constituição de 1988, tratamento normativo inovador. Torna-se instituição singular, quando comparada às congêneres de outros países, independente em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e responsável pela defesa do regime democrático e dos interesses sociais, aqui incluído o direito à educação. A partir da experiência prática do autor, Promotor de Justiça, o trabalho desenvolve reflexão crítica e autocrítica a respeito da organização institucional do Ministério Público para a defesa do direito à educação. A análise da evolução histórica e legislativa do Ministério Público brasileiro busca identificar uma possível vocação – ou a ausência desta – para a defesa de direitos sociais, notadamente os das classes cujos direitos fundamentais são historicamente negados, além de apontar os desafios decorrentes das significativas mudanças projetadas no texto constitucional de 1988. Prossegue a pesquisa com o exame das condicionantes jurídicas, políticas e econômicas atuais e o papel do Ministério Público na defesa do direito à educação em cenário de globalização, neoliberalismo e crise do Estado Nacional. Para o exame crítico do atual arranjo institucional e apresentação de subsídios para seu aperfeiçoamento, passa-se ao estudo da evolução histórica da educação e do direito à educação no Brasil, identificando-se os principais debates, interesses em disputa e obstáculos à sua concretização como direito público, gratuito e de qualidade, tal como posto na Lei Maior. Os fenômenos da juridificação e judicialização da educação e a crítica ao modo atual de organização e atuação do Ministério Público em matéria de políticas públicas educacionais são também objeto de análise nesse contexto. O último capítulo, em exame de dados estatísticos, experiências práticas, pesquisas e doutrina sobre a atuação do Ministério Público e sobre diversos aspectos da educação brasileira, trata de explicitar alguns dos problemas que impedem maior eficiência da instituição na defesa do direito à educação, apontando obstáculos decorrentes da própria organização institucional e possíveis caminhos para novos arranjos e modos de agir. Nesse sentido, são discutidas questões como os princípios de independência funcional, obrigatoriedade de agir, planejamento participativo, taxonomia, organização e publicação de repertório de casos, a regionalização e a especialização de Promotorias de Justiça exclusivamente dedicadas ao tema da educação, pretendendo-se, assim, oferecer subsídios teóricos e práticos para o aperfeiçoamento da instituição em sua função de contribuir para a concretização do direito à educação.

Palavras-chave: Ministério Público. Direito à educação. Arranjo institucional. Judicialização. Globalização. Neoliberalismo. Promotorias Especializadas e Regionais de Educação. Planejamento participativo. Princípio da obrigatoriedade. Independência funcional. Taxonomia.

SILVA, João Paulo Faustinoni e Silva. Ministério Público e a Defesa do direito à educação: subsídios teóricos e práticos para o necessário aperfeiçoamento institucional. 2018. 225 f. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

The Brazilian Public Ministry, traditionally charged with the defense of the Crown and the Treasury interests and the promotion of criminal actions, gets an innovative normative treatment with the Constitution of 1988. It becomes a unique institution when compared to its counterparts in other countries, independent of the Executive, Legislative and Judiciary Powers, and responsible for defending the democratic regime and social interests, including the right to education. Based on the author's practical experience as a Public Prosecutor, this study develops a critical and a self-critical reflection on the institutional organization of the Public Ministry for the defense of the right to education. The analysis of the historical and legislative evolution regarding the Brazilian Public Ministry seeks to identify possible vocation – or the absence of it – to the defense of social rights, especially those of the classes whose fundamental rights have been historically denied, as well as to point out the challenges arising from the significant changes designed in 1988's Constitutional text. The research also focused on the examination of the current legal, political and economic conditions and the role of the Public Ministry in the defense of the right to education in a scenario of globalization, neoliberalism, and crisis of the National State. For the critical analysis of the current institutional arrangement and the presentation of subsidies for its improvement, we proceed to the study of the historical evolution of the education and the right to education in Brazil, identifying the main debates, the interests at stake and the obstacles to its achievement as a public right, with quality and free of charge as set out by the Constitution. The phenomena of juridification and judicialization of education and the criticism of the current way of organization and performance of the Public Ministry in matters of educational public policies are also object of analysis in this context. The last chapter, based on an examination of statistical data, practical experiences, researches and doctrine about the performance of the Public Ministry and several aspects of Brazilian education, aims to explain some problems of effectiveness in the defense of the right to education by the institution, pointing out possible obstacles arising from the institutional organization itself and possible ways to new arrangements and more efficient performance. In this sense, issues such as the principles of functional independence, obligation to perform, participatory planning, taxonomy, organization and publication of case studies, regionalization and specialization of Public Prosecutor's Offices exclusively dedicated to the topic of education are discussed, aiming to offer theoretical and practical subsidies for the improvement of the institution in its role of contributing to the implementation of the right to education.

Keywords: Public Ministry. Right to education. Institutional arrangement. Judicialization. Globalization. Neoliberalism. Specialized and regional education offices. Participatory planning. Principle of mandatory. Functional independence. Taxonomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: uma instituição para a defesa dos direitos sociais ainda em construção	18
1.1 Ministério Público brasileiro: em busca de uma identidade institucional.....	19
1.2 Das origens remotas ao Estado moderno	21
1.3 O Ministério Público no Brasil: da soma de funções aos contornos de instituição	27
1.4 República.....	30
1.5 O pensamento crítico de setores do Ministério Público.....	38
1.6 Redemocratização.....	40
1.7 A construção do novo modelo de Ministério Público pela própria classe.....	42
1.8 A Constituinte.....	49
2 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, DIREITO À EDUCAÇÃO E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	55
2.1 Estado Democrático de Direito	57
2.2 A Crise do Estado, neoliberalismo e globalização	63
2.3 Impactos econômicos	64
2.4 Impactos no direito e no Estado Democrático de Direito.....	66
2.5 Estado Democrático e Social de Direito Mínimo e Estado Repressor Máximo	71
2.6 Direito social à educação	77
2.6.1 Educação no Brasil Colônia	82
2.6.2 Independência, instrução pública e escolas particulares	84
2.6.3 Educação na Primeira República.....	86
2.6.4 Do Governo Provisório ao Estado Novo, a educação entre escolanovistas e a Igreja Católica.....	88
2.6.5 Constituição de 1946, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a disputa entre o público e o privado na educação	92
2.6.6 Educação e ditadura militar	96
2.6.7 Redemocratização e a educação na Constituição de 1988.....	102
2.7 Juridificação, judicialização ou novas modalidades democráticas de mediação? Um Ministério Público para a defesa do direito à educação.....	109
2.7.1 Ministério Público: considerações sobre suas funções e responsabilidades constitucionais	113
2.7.2 Judicialização e Ministério Público.....	115
2.7.3 Juridificação e justiciabilidade do direito à educação.....	131

3 MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: DADOS DE REALIDADE E SUBSÍDIOS PARA O NECESSÁRIO APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL	138
3.1 A tardia preocupação com estruturas específicas para a defesa do direito à educação.....	144
3.2 O Grupo de Atuação Especial de Educação	148
3.3 Independência funcional, atomização e desarticulação no campo das políticas públicas educacionais.....	154
3.4 Princípio da obrigatoriedade <i>versus</i> princípio do planejamento participativo.....	164
3.5 Taxonomia e repertório público e organizado de casos relevantes	178
3.6 Especialização e regionalização	189
3.7 Trinta anos depois.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
REFERÊNCIAS.....	210

INTRODUÇÃO

O embrião deste trabalho tem origem na práxis. Sua nascente é o Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público de São Paulo (Geduc),¹ núcleo da Capital, espaço de tensão entre teoria, direito positivo e prática. Surge, mais precisamente, de nossa atividade profissional como promotor de justiça que, ao longo de mais de seis anos,² exerceu suas atribuições em órgão ministerial que tem por incumbência a defesa do direito à educação.

Pretendendo ser ainda mais específico, as angústias vividas na ação concreta cotidiana e o anseio de contribuir para tornar real a afirmação constitucional de educação como direito de todos, universal, gratuito e com padrão de qualidade foram motivação para reflexão organizada e estudo acadêmico do tema, com o objetivo de mais bem identificar obstáculos e apontar possíveis medidas para aprimoramento da organização institucional e atuação do Ministério Público em tal seara.

Parece-nos adequado consignar de maneira transparente e desde o princípio desta dissertação o lugar de onde o autor deste trabalho observa o objeto de sua pesquisa e como com este se relaciona, pois a pergunta central que ressoa e nos impulsiona a tal trabalho é: está o Ministério Público institucionalmente organizado para, no âmbito do direito à educação, desincumbir-se com legitimidade democrática e eficiência das obrigações que lhe foram constitucionalmente atribuídas?

Esta pergunta não é elaborada por observador externo ou pretensamente neutro, mas por membro da instituição que, em sua vivência funcional, pouco a pouco elaborou a hipótese de que o Ministério Público, preso a conceitos, estruturas e formas de atuação profundamente marcadas por sua origem na persecução penal e na tutela de direitos dos chamados hipossuficientes perante o Poder Judiciário, ainda não encontrou princípios norteadores, estrutura organizacional, procedimentos e modos de agir apropriados à intervenção em políticas públicas educacionais.

A formulação da questão central decorre, como dissemos, da vivência profissional, assim como a hipótese inicial de resposta ao menos parcialmente negativa. Do mesmo modo, o interesse em realizar investigação cuidadosa e que possa dar respostas mais

¹ Instituído pelo Ato Normativo nº 672/2010-PGJ-CPJ, alterado pelo Ato Normativo nº 700/2011-PGJ-CPJ, com a missão, em síntese, de atuar na defesa do direito à educação em sua dimensão transindividual.

² Fui designado e iniciei minhas atividades no Geduc em abril de 2011, permanecendo em tal função até a data de conclusão deste trabalho.

convincentes à indagação central e às perguntas que desta se desdobram não é puramente teórico, mas tem por objetivo elucidar e apontar falhas no atual padrão de organização e atuação institucional do Ministério Público, contribuindo com a construção de alternativas e medidas de aprimoramento que possam conferir à instituição melhores condições de realizar importante papel na concretização do direito à educação tal como previsto na Constituição.

Ao longo da pesquisa, evidentemente, realizamos, além da autocrítica e da descrição de dificuldades, dilemas e eventuais soluções observadas em casos concretos que tramitaram no Geduc, esforços para estabelecer o distanciamento necessário para a produção de trabalho que não se resumisse ao relato de percepções pessoais ou que tivesse por meta exclusivamente a produção de um programa prático de reforma institucional sem problematizar aspectos teóricos fundamentais, como o papel e o lugar do Ministério Público no Estado Democrático de Direito e no projeto Constitucional de 1988, a relação da instituição com a política, a democracia e a sociedade civil, bem como a correlação de tais questões com o desenho e as formas de ação da instituição.

O exame de legislação, documentos, dados sobre movimentação processual e expedientes extrajudiciais, doutrina e reflexão crítica sobre princípios e formas de organização institucional do Ministério Público foram utilizados para encontrar respostas à indagação antes exposta e às demais dúvidas daí decorrentes, bem como para elaborar propostas que de fato contribuam para o aperfeiçoamento institucional e, conseqüentemente, para a tutela do direito fundamental à educação.

Nada obstante a existência de importantes estudos sobre o Ministério Público brasileiro, sua origem, evolução histórica, aspectos normativos, crises e desafios — Coura; Fonseca (2015), Garcia (2014), Goulart (2013), Martins Júnior (2015), Mazzilli (2015) e Ribeiro (2010), entre outros — pareceu-nos relevante a análise de experiência do primeiro grupo especializado de promotores de justiça, no estado de São Paulo, incumbido de atuar, em perspectiva difusa e de forma especializada, na defesa do direito à educação.

Entendemos relevante tal estudo, dentre outras razões, por se dedicar ao exame da atuação do Ministério Público em estreita relação com a própria elaboração, a execução e a fiscalização de políticas públicas educacionais — diferentemente do que ocorre na tutela de direitos individuais ou de grupos de pessoas determinadas —, por se tratar de projeto inovador e de oportunidade para compreender, em maior profundidade, as possibilidades e limitações de atuação ministerial em sistemas estadual e municipal de ensino de enormes proporções e bastante complexos como são os do estado e do município de São Paulo.

O professor Marco Aurélio Nogueira adverte:

O Brasil está hoje precisando de maiores esclarecimentos sobre a atuação do Ministério Público, sua importância e sua utilidade para a cidadania. Trata-se de uma instituição que se integrou em lugar de destaque à arquitetura do Estado brasileiro. É respeitado e admirado, mas nem sempre se conhece tudo o que pode fazer. O MP precisa saber se apresentar para a sociedade, revelar para ela sua relevância institucional, legitimar-se sempre mais perante ela. Para que vá nesta direção, ganhos em termos de conhecimento crítico e de autoconhecimento são fundamentais (NOGUEIRA, 2015, p. 297).

Os anos vividos no Grupo de Atuação Especial de Educação da Capital, ademais, oportunizaram intenso intercâmbio com os diversos atores, burocracias e forças envolvidas nas disputas políticas por projetos educacionais e com aqueles diretamente implicados na construção necessariamente coletiva das políticas públicas indispensáveis à concretização do direito à educação.

A interlocução com governos, secretarias de educação, integrantes da burocracia do Poder Executivo — dos órgãos centrais ao chão da escola —, sindicatos, especialistas em educação, professores, pais e alunos certamente permeia a estrutura e o conteúdo deste trabalho.

A condição de promotor de justiça do Geduc também proporcionou importante intercâmbio com promotores de justiça e operadores do direito de outras comarcas e estados, valendo destacar o rico contato e o compartilhamento de aflições, teses e experiências no âmbito da Comissão Permanente de Educação (Copeduc), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, órgão de assessoramento do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.³

Delimita-se, destarte, o objeto deste trabalho, à análise da organização institucional do Ministério Público e os impactos de tal modelo na maior ou menor eficiência de sua atuação na garantia do direito à educação, partindo-se da premissa de que há peculiaridades na estruturação constitucional do direito educacional e do Ministério Público que justificam a busca de arranjos específicos na atuação desta instituição no campo de referido direito social.

Partindo, como dissemos, de constatação prática de fragilidades na maneira de organização e no agir institucional, queremos verificar em que medida o atual desenho

³ A Copeduc é formada por membros dos Ministérios Públicos de todos os estados e da União, com o objetivo de desenvolver estudos, compilar e compartilhar artigos e peças processuais relacionadas ao direito à educação, bem como de formular enunciados que são submetidos ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e, se aprovados, divulgados como orientação a todo o Ministério Público.

atende às demandas constitucionalmente positivadas e confere à instituição as condições de, com eficiência e legitimidade democrática, contribuir para a concretização do direito à educação e, conseqüentemente, dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil em nosso Estado Democrático de Direito.

Busca-se examinar se referidos desenho e modo de agir institucional servem, ou, contrariamente, criam dificuldades para que a instituição possa efetivamente colaborar na garantia do direito à educação, de modo que sua atuação não seja apenas voluntarista, desarticulada, demandista e fundada em independência funcional solipsista que se confunda, portanto, com puro subjetivismo.

Não se trata, assim, do exame paralelo, em capítulos estanques, do Ministério Público e do direito à educação, mas da relação entre os arranjos institucionais do Ministério Público e sua contribuição para a concretização desse direito, com ênfase, em relação a este, nos processos de educação ocorridos em estabelecimentos formais de ensino.

Em outras palavras, considerada a missão constitucional da instituição na defesa dos direitos sociais e consideradas as especificidades da estruturação também constitucional do direito à educação — seja em sua organização federativa e em regime de colaboração, seja com observância aos princípios que regem o ensino no Brasil —, pretendemos discutir como harmonizar tais arranjos, indicando novas possibilidades de organização e de atuação do Ministério Público, mais consentâneas com os reais e principais problemas da educação nacional, respeitadas as peculiaridades do direito educacional e dos processos de ensino e aprendizagem.

Cumprе destacar, ainda em caráter introdutório, que o objeto da pesquisa é o Ministério Público enquanto instituição e sua relação com a defesa do direito à educação. Não se trata do exame de boas práticas ou de desvios de determinados promotores de justiça ou da análise de instrumentos processuais mais ou menos eficientes na tutela de tal direito. São os aspectos institucionais, seus reflexos na atuação dos membros da instituição e os impactos nas políticas educacionais que nos interessam.

O conceito de instituição aqui referido corresponde à clássica definição de Hauriou (2009, p. 19):

Uma instituição é uma ideia de obra ou de empresa que se realiza e dura juridicamente num meio social; para a realização dessa ideia, organiza-se um poder que lhe confere órgãos; por outro lado, entre os membros do grupo social interessado na realização da ideia, produzem-se manifestações de comunhão dirigidas pelos órgãos do poder e reguladas por procedimento.

Importante para os limites e objetivos deste trabalho é a análise mais detida, não do aspecto formal do conjunto de regras que conformam a instituição Ministério Público, mas de como se dá a estrutura organizacional para a consecução de sua ideia diretriz, especificamente no campo do direito educacional.

Preocupa-nos o Ministério Público instituição, considerado como organização estruturada para a realização de determinados fins — no caso específico, para a tutela do direito à educação — e que condiciona e molda a forma de agir dos indivíduos e grupos que a integram e também dos indivíduos e grupos externamente atingidos por suas ações.

Algumas premissas demarcam o ponto de partida desta pesquisa. Em primeiro lugar, a experiência tem revelado certo esgotamento do modelo de judicialização de questões afetas a políticas públicas educacionais. Assim, se no campo jurisprudencial importantes avanços foram alcançados — por exemplo, com o reconhecimento do direito universal à educação infantil e à declaração desta, pelo Supremo Tribunal Federal, como direito público subjetivo —, a concretização de tal direito tem esbarrado em circunstâncias de fato, com a complexidade própria das políticas públicas de ampla escala, que não encontram no Poder Judiciário solução satisfatória. Em segundo lugar, este trabalho tem em profunda consideração críticas advindas das ciências sociais e também de estudiosos do direito, notadamente no que diz respeito às fontes de legitimidade democrática da instituição para agir em nome da sociedade em matéria de políticas públicas e à ausência de coordenação e posições efetivamente institucionais sobre temas sensíveis do direito à educação.

Para dialogar com as consistentes críticas acima mencionadas e que serão aprofundadas no decorrer do trabalho, abordaremos aspectos da evolução histórica do Ministério Público, questões relacionadas à releitura e convivência de princípios de independência funcional e unidade institucional, especialização e regionalização de promotorias de justiça de educação, institucionalização de espaços e procedimentos de construção democrática de planejamento estratégico, priorização de demandas democrática e coletivamente acordadas em sínteses de consenso, em contraposição à atuação reativa e obrigatória às representações individuais ou de grupos esparsos e desarticulados, bem como a construção de repertórios de casos e teses institucionais, de modo a radicalizar a transparência no agir institucional e permitir *accountability*.

Conforme adverte Homem (2006, p. 27), se as instituições não podem ser compreendidas sem se estudarem seus pressupostos teóricos, para que se conheça a realidade

institucional há que se verificar também a técnica burocrática utilizada em seu interior, “evitando centrar a história exclusivamente na legislação ou na ciência do direito”.

Este trabalho, portanto, ao longo de seus capítulos, abordará aspectos teóricos, legais e práticos a respeito do Ministério Público brasileiro em sua missão constitucional de defesa do Direito à Educação,⁴ cotejando expectativas normativas e dados de realidade de seu desenho institucional, problemas deste decorrentes e possibilidades de novos arranjos, mais eficientes e democráticos.

⁴ Não foram objeto de especial preocupação o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar, tendo em vista que a atuação em defesa do direito à educação concentra-se basicamente no Ministério Público Estadual e no Ministério Público Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério Público brasileiro, forjado nos debates da Assembleia Constituinte de 1987-1988, concebido em clima de euforia própria de período de reconquista da liberdade e de redemocratização do País, foi depositário de esperanças de concretização de direitos sociais historicamente negados e, em síntese, da realização dos objetivos fundamentais da República.

O texto constitucional de 1988 projetou instituição nova, singular até mesmo quando comparada com suas congêneres em âmbito internacional. Transformou referida instituição — historicamente autora da ação penal, interveniente em determinados processos judiciais e advogada do Estado — em organização independente, defensora da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Recebeu o Ministério Público enorme gama de atribuições, parte das quais — segundo nossa compreensão — estranhas àquelas até então afetas à instituição. A defesa dos interesses sociais e o consequente envolvimento com as respectivas políticas públicas, a desvinculação do agir “perante o Judiciário” e a acumulação das funções de defensor do povo ou ombudsman são exemplos de referidas novidades.

Ao novo desenho normativo, portanto, haveria de corresponder novo arranjo institucional.

De fato, instituições — no caso, compreendidas como organizações destinadas à realização de determinados fins — são construções sociais e, assim como dependem da ação das pessoas que as integram, precisam construir estruturas e procedimentos que induzam e estimulem seus integrantes a perseguirem de maneira eficaz os objetivos para os quais foram criadas, sob pena de se deslegitimarem perante a sociedade e, no limite, perderem sua própria razão de existir.

Após duas décadas atuando em diversas funções no Ministério Público paulista e em razão da experiência nos últimos anos em grupo especialmente criado para a defesa do direito à educação, entendemos que era momento de reflexão crítica e autocrítica a respeito de tais questões que, no desenvolvimento do presente trabalho, foram consolidadas em uma indagação principal: estaria o Ministério Público institucionalmente organizado para, no âmbito do direito à educação, desincumbir-se, com legitimidade democrática e eficiência, das obrigações que lhe foram constitucionalmente atribuídas?

A prática indicava-nos resposta ao menos parcialmente negativa à mencionada pergunta. Consignamos em capítulo introdutório a vivência de certo esgotamento do modelo de judicialização de políticas públicas educacionais, sendo certo que, mesmo quando conquistadas importantes vitórias no campo jurisprudencial, nem sempre estas correspondiam à efetiva concretização do direito em caráter universal e de acordo com as normas e princípios constitucionalmente fixados.

Há certa organização cronológica das ideias consignadas ao longo dos capítulos, como que sintetizadas em três perguntas sobre o passado, o presente e o futuro da instituição. De onde veio o Ministério Público brasileiro? Onde está? Para onde vai?

A análise da evolução histórica do Ministério Público brasileiro permitiu identificar sua origem profundamente relacionada aos interesses da Coroa e à promoção da ação penal. Discordando de grande parte da doutrina, não identificamos na legislação anterior à Constituição de 1988 ou nos documentos de referência à atuação de promotores e procuradores uma vocação natural ou histórica para a defesa dos interesses sociais ou das classes subalternas, especialmente quando violados pelo Estado, por governantes e/ou pelas classes dominantes.

Verificamos, ademais, que foi tardia sua concepção normativa como efetiva instituição e que, durante a maior parte de sua existência, o Ministério Público brasileiro organizou-se de maneira a que promotores estivessem mais atrelados às estruturas judiciais das comarcas onde atuavam do que àquelas de uma instituição ministerial, articulada em torno de uma ideia-diretriz, com planejamento e metas claras a serem perseguidas.

Até 1988, portanto, o esboço de desenho institucional estimulou atividade quase que exclusiva em processos judiciais, atividade individual, isolada, restrita ao território da comarca, em um exercício solitário de subsunção de fatos às normas.

No seio da instituição, contudo, surgiram vozes críticas e, como sói acontecer em organizações em contínuo e conflituoso desenvolvimento, estas se fizeram ouvir em momento de redemocratização do país, sobretudo nos trabalhos da Constituinte.

A Constituição de 1988, portanto, não consolidou instituição ministerial que na prática já se revelava defensora dos interesses sociais e do regime democrático, tendo, em verdade, criado nova instituição ou, ao menos, remodelado profundamente o Ministério Público, conferindo-lhe, no campo normativo, perfil e fins singulares.

O grande desafio, admitido inclusive por aqueles que participaram efetivamente de tal refundação, seria o de transformar o texto constitucional em realidade, o que, como verificamos ao longo do trabalho, não seria tarefa fácil. Tradicionalmente

dedicado a funções repressivas do Estado, de intervenção em processos judiciais e na defesa de indivíduos considerados hipossuficientes, o Ministério Público passaria em 1988 a ser instituição independente, com a obrigação de contribuir para a construção e a manutenção de regime substancialmente democrático, com a necessária e consequente efetivação dos direitos sociais constitucionalmente protegidos.

Instituições, todavia, como dissemos, são construções sociais que modelam os que as integram e são por estes influenciadas, razões que explicam, ao menos em parte, as dificuldades e contradições ainda hoje enfrentadas pelo Ministério Público, especialmente no que diz respeito à consolidação de estrutura institucional de fato comprometida com prioritária e intransigente defesa dos direitos sociais.

Nos limites deste estudo, procuramos então analisar em que contexto histórico, jurídico, social, político e econômico se coloca o desafio de concretização desta instituição projetada, dentre outras coisas, para a defesa do direito à educação.

Em primeiro lugar, temos que o Brasil é, constitucionalmente, Estado Democrático de Direito, comprometendo-se e comprometendo todas as instituições com a execução de agenda transformadora, estabelecida pela soberania popular, com os objetivos de construir sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, além de promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Conservadorismo e distanciamento das camadas da população cujos direitos sociais são histórica e permanentemente negados são atitudes absolutamente incompatíveis com o perfil constitucional e missões do Ministério Público. Este, ao contrário, tem por obrigação, nos limites de suas atribuições, contribuir para a transformação social em busca dos objetivos positivados no art. 3º da Constituição.

Para tanto, a instituição há de ter clareza que se insere em conjuntura de crise do Estado Nacional, de predomínio do neoliberalismo e de globalização, circunstâncias que fragilizam e submetem os países em desenvolvimento a interesses econômicos sem qualquer compromisso com a soberania popular constitucionalmente manifestada e com a democracia.

O Ministério Público, defensor dos direitos sociais, necessita de arranjo institucional que tenha em conta, inclusive, que mencionado contexto tem acarretado retrocessos em conquistas de direitos fundamentais e a própria negação da categoria “direito social”, observando-se tendências de substituição desta afirmação jurídica por simples

estratégias econômicas de focalização dirigidas aos segmentos pobres e excluídos, considerados não funcionais para o mercado globalizado.

Concentração de riqueza e desigualdade social, livre trânsito do capital e o confinamento espacial máximo dos setores inassimiláveis e problemáticos da população são também consequências da ordem global vigente, no dizer de Bauman (1999, 2005, 2013), citado ao longo do texto. Observa este autor o crescimento de um absolutismo econômico global em detrimento das esferas democráticas locais, incapazes de enfrentá-lo.

O Ministério Público, titular da ação penal, defensor dos direitos sociais e do regime democrático, precisa reequilibrar suas estruturas e redirecionar suas ações com maior ênfase para estas duas últimas áreas, sob pena de se tornar mais um agente a reforçar tal estado de coisas, absolutamente contrário aos ditames constitucionais e aos objetivos da República.

Para fazer valer integralmente a Constituição — resultado de arranjo assimétrico e conflitivo em cenário de concentração de riquezas e ampliação de desigualdades —, o Ministério Público precisa organizar suas estruturas e emprestar sua força institucional para fortalecer a democracia substancial e defender os direitos sociais, posicionando-se ao lado das classes dominadas.

A organização institucional para a defesa do direito à educação, ademais, não pode prescindir da análise também da construção histórica de tal direito entre nós, o que foi objeto de exame no segundo capítulo do trabalho.

Assim como ocorreu com o Ministério Público, foi tardia a positivação de política pública educacional e a estruturação de instituições escolares de caráter universal, com alcance popular.

Ao longo de toda a República, as Constituintes e os Parlamentos tiveram suas discussões legislativas sobre o direito à educação pautadas por disputas entre defensores da escola pública e da escola particular, entre aqueles que pregavam e pregam a precedência da família e da igreja em relação ao Estado e aqueles que lutavam e lutam por espaço público e laico de compartilhamento da cultura e de formação para a cidadania.

Compreender a evolução, os saberes acumulados, o teor dos debates e lutas históricas do campo educacional é também essencial para que o Ministério Público, ao se organizar e atuar, tenha condições de fazê-lo com maior competência e em respeito aos atores e espaços democráticos de deliberação e execução das necessárias políticas públicas.

Uma organização institucional que desconsidere tais aspectos e um modo de agir que siga apostando na juridificação e na judicialização das políticas e relações

educacionais contrariará a missão do Ministério Público de zelar pelo regime democrático e, especialmente no âmbito educacional, violará princípios de gestão democrática, descuidando-se da noção básica de que educação é, por essência, construção coletiva.

É preciso ressaltar, todavia, que boa parte da crítica a respeito do papel do Ministério Público em suposta excessiva judicialização das políticas públicas decorre de análises que equiparam as funções desta instituição às do Poder Judiciário, equívoco, em parte, causado pela insistência do Ministério Público em ainda espelhar seu desenho institucional naquele próprio da atividade judicante.

Ainda que não tenhamos findado as fundações de nosso trabalho em uma teoria ou linha de pensamento específica, encontramos em Habermas (2011, 2012a, 2012b) apontamentos importantes para um Ministério Público que, fortalecendo o regime democrático, atue em procedimentos dialógicos, participativos e extrajudiciais na defesa dos direitos educacionais.

Superando o conceito de hipossuficiência da sociedade e o modo de ação tutelar, paternalista, o Ministério Público, em experimentação cuidadosa de novos arranjos e práticas institucionais, pode e deve estabelecer procedimentos garantidores da participação dos excluídos em processos comunicacionais e decisórios, garantindo reequilíbrio para vocalização de demandas de parcela da população que, em sociedade complexa e de massa, encontra dificuldades de mobilização e acesso aos centros de representação política.

Especialmente em suas funções de defensor do povo e de sociomediador, o Ministério Público pode contribuir para o restabelecimento de pontes entre demandas sociais e as esferas de representação política, cobrando destas, por intermédio de seu instrumental extrajudicial e judicial, que explicitem as razões de suas omissões, justifiquem a eventual impossibilidade de atendimento aos pleitos ou, ao final, que, cientes destes, tenham nova possibilidade de elaboração e implementação das políticas públicas correlatas.

Para que tenha legitimidade democrática para exercer tais funções, não bastam a investidura constitucional de representação funcional, o acesso à carreira por concurso público ou a reiteração de boas práticas. A instituição há que se organizar internamente de forma democrática e estabelecer procedimentos que impliquem sua abertura efetiva às demandas populares e ao controle social.

Agendas periódicas e obrigatórias de escutas sociais e audiências públicas, ouvidoria híbrida ou externa, taxonomia adequada para os temas de direitos sociais e transparência na divulgação de teses institucionais, planos, projetos e programas de atuação

de promotorias são algumas das medidas institucionais que poderiam legitimar substancialmente a atuação do Ministério Público.

Especificamente no campo do direito à educação, será tanto mais legítima a atuação do Ministério Público quanto maior for sua capacidade de garantir os princípios educacionais constitucionalmente positivados, sem se imiscuir no campo de autonomia da escola e nos processos de ensino e aprendizagem. A intervenção ministerial — firme para a defesa do direito fundamental à educação, fazendo valer a normativa de direito internacional e constitucional, servindo de *enforcement* dos planos decenais de educação e cobrando políticas públicas de quem tem o dever de elaborá-las e realizá-las —, deve encontrar limites no chão da escola, nos espaços próprios dos saberes e práticas educacionais.

Em busca de resposta à pergunta central de nossa pesquisa e de subsídios para o necessário aperfeiçoamento institucional, constatamos, em informações estatísticas, em normas sobre a organização ministerial e em pesquisas disponíveis sobre a instituição, a ausência de dados consistentes que pudessem revelar atuação prioritária e eficiente na defesa do direito à educação.

Apenas em 2011 o Ministério Público do estado de São Paulo criou um Grupo Especial de Atuação de Direito à Educação (Geduc) e somente em 2013 o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais expediu recomendação para a criação de promotorias especializadas de educação.

Relatório de atividades elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público revela que a educação é o nono, entre os dez principais temas considerados nos procedimentos de investigação instaurados, superado até pelas questões consumeristas. Prevaecem as atividades de caráter repressivo, de controle e, na defesa dos interesses difusos, em temas também tradicionais, positivados inclusive em normas anteriores à Constituição de 1988, como no caso do meio ambiente.

Feitas algumas considerações sobre a experiência prática do Geduc e sobre a importância do trabalho interdisciplinar no campo do direito e das políticas públicas educacionais, destacamos a importância das vias extrajudiciais e comunicacionais para a garantia do direito à educação.

Salientamos, ainda, os problemas decorrentes da ideia de obrigatoriedade de resposta a toda e qualquer representação que em tese corresponda a lesão ou ameaça de lesão a direito educacional, defendendo alternativa de responsabilidade interinstitucional e social compartilhada, com adoção de planejamento participativo e eleição de prioridades para a atuação das promotorias de justiça de direitos sociais.

Independência funcional vinculada a procedimentos coletivos de discussão, de construção de consensos possíveis e de deliberação, associada à especialização de promotorias de justiça de educação em divisão espacial regionalizada são conclusões — em forma de propostas de aprimoramento institucional — que decorrem do desenvolvimento das reflexões e dados coletados na pesquisa.

Para finalizar, é preciso consignar que o trabalho de pesquisa feito a partir do olhar de quem, em certa medida, é também parte do objeto da investigação, traz vantagens e desvantagens.

A vivência diária das dificuldades e avanços institucionais, assim como a experimentação, por décadas, dos instrumentos processuais e extrajudiciais disponíveis para a defesa do direito à educação, garantem alguma segurança a respeito do que é dito.

A constante procura do distanciamento necessário para evitar que o trabalho acadêmico seja excessivamente marcado por impressões pessoais do promotor de justiça e para a identificação de evidências que demonstrem que, ao contrário, a observação diária encontra respaldo na pesquisa, é tarefa árdua.

Esperamos ter alcançado o equilíbrio necessário, em um encontro de teoria e práxis que seja socialmente útil.

Evidentemente, ao término deste trabalho não pretendíamos apresentar um projeto completo e acabado de novo desenho institucional de Ministério Público defensor do regime democrático e do direito à educação. Como diz o título, o estudo realizado limitou-se a apresentar alguns subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento da instituição no desempenho de tais funções.

Da indagação inicial, acreditamos ter confirmado resposta em parte negativa. Há, segundo nossas conclusões, amplo espaço de aperfeiçoamento institucional para que o Ministério Público brasileiro possa desincumbir-se, com legitimidade democrática e eficiência, de suas obrigações constitucionais de defesa do direito à educação.

Outras perguntas, contudo, surgiram enquanto procurávamos respostas para a primeira. A mais angustiante para quem integra a instituição e se dedica à defesa do direito à educação é a seguinte: teria sido a mais acertada — quando da Assembleia Constituinte — a escolha do Ministério Público, diante de sua tradição de Procurador da Coroa e titular da ação penal, como instituição defensora do povo e dos direitos sociais?

Tal resposta apenas a própria instituição dará. Para que seja positiva, além da radicalização das práticas democráticas em seu interior, em seus procedimentos e em suas

relações interinstitucionais e com a sociedade, parece-nos que muitas mudanças, além daquelas sugeridas neste trabalho, serão necessárias.

Qual o perfil de profissional desejado para uma instituição que acumula inúmeras atribuições, mas comprometida com a defesa dos direitos fundamentais e com os objetivos da república positivados no art. 3º da Constituição? Como aperfeiçoar o processo seletivo e de formação de todos os integrantes da instituição para que tenham clareza e comunguem de sua ideia diretriz? Qual o papel das Escolas do Ministério Público na formação inicial e continuada de promotores e procuradores, de forma a que estejam em permanente reflexão a respeito de suas ações? Qual o papel das corregedorias — para além da fiscalização de produtividade em procedimentos que, no mais das vezes, resumem-se a controle de prazos e número de ações propostas e inquéritos instaurados —, em termos de indução de planejamento e ações articuladas com resultados sociais aferíveis?

Não há como negar que o Ministério Público cresceu, conquistou respeito e participou de importantes batalhas, seja no combate ao crime organizado e à improbidade administrativa, seja na defesa do direito ambiental, entre outros.

Há, todavia, inúmeras questões institucionais que mereceriam atenção e estudo acadêmico, preferencialmente aplicado à prática, permitindo-nos, assim, avançar na concretização daquele Ministério Público projetado na norma constitucional, ainda hoje em construção.

O Ministério Público, instituição criada no seio do Estado Democrático de Direito, para, em cooperação com outros atores, tornar reais os objetivos da república, não tem o direito de se acomodar. Para realizar sua função transformadora, há que ter humildade para receber críticas e se submeter ao controle social, tendo-os em alta consideração, e sabedoria para exercer permanente reflexão e autocrítica, além de coragem para assumir os riscos inevitáveis de sua própria transformação. Riscos maiores, todavia, estão no imobilismo e na cristalização de práticas e arranjos institucionais anteriores à Constituição de 1988.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, J. G. Parâmetros de atuação do Ministério Público no processo civil em face da nova ordem constitucional. *CONAMP* [online]. Brasília, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), 25 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.conamp.org.br/pt/biblioteca/artigos/item/404-parametros-da-atuacao-do-ministerio-publico-no-processo-civil-em-face-da-nova-ordem-constitucional.html>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

ALENCASTRO, L. F. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), XXVI, 17-22 jul. 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, Anpuh, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300915614_ARQUIVO_parecerSTF_alencastro.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

ALGEBAIL, E. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.

ALKMIN, J. G. R. A instituição do Ministério Público. *Justitia – 60 Anos*, Ministério Público de São Paulo, número especial, p. 561-569, 1999. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/bzccd9.pdf>>. Acesso em:

ARANHA, M. L. A. *História da educação e da pedagogia, geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANTES, R. B. *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo: Educ; Editora Sumaré: Fapesp, 2002.

_____. Ministério Público na fronteira entre a justiça e a política. *Justitia*, Ministério Público de São Paulo, v. 64, n. 197, p. 325-335, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/26016>>. Acesso em: 27 out. 2017.

ARAUJO JÚNIOR, J. J.; MEDEIROS, J. L. R. O Ministério Público dos humanos direitos: análise sobre a desidratação de um modelo de MP comprometido com uma sociedade justa. *JOTA*, 4 out. 2017a. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/o-ministerio-publico-dos-humanos-direitos-04102017>>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. O Ministério Público monocular: combate à corrupção é importante, mas não representa integralmente o papel da instituição. *JOTA*, 5 fev. 2017b. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/o-ministerio-publico-monocular-05022017>>. Acesso em: 19 outubro 2017.

AZEVEDO, F. et al. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2017.

AZEVEDO, T. P. Ministério Público e defensor do Povo. In: CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 7º, 22-25 de abril de 1987, Belo Horizonte. *Teses*: 7º Congresso Nacional do Ministério Público. Volume 1. Belo Horizonte: Confederação Nacional do Ministério Público (Conamp), 1987, p. 97-102.

BADIN, A. S. *Controle judicial das políticas públicas*: contribuição ao estudo do tema da judicialização da política pela abordagem da análise institucional comparada de Neil K. Komesar. São Paulo: Malheiros, 2013.

BARROSO, L. R. *Curso de direito constitucional contemporâneo*: os conceitos fundamentais e a Constituição do novo modelo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BAUMAN, Z. *Danos colaterais*: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERCOVICI, G. Desenvolvimento e políticas públicas. In: BUCCI, M. P. D. (Org.). *Políticas públicas*: reflexões sobre o conceito. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 143-161.

_____. *Soberania e Constituição*: para uma crítica do constitucionalismo. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

BERCOVICI, G.; MASSONETTO, L. F. A Constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. *Boletim de Ciências Económicas*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, v. XLIX, p. 57-77, 2006.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, P. *Curso de direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Constituição (1967). *Anais da Constituição de 1967*. Volume 4, Tomo I. Brasília: Senado Federal, p. 330.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Constituição de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. Decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890. Organiza a justiça no Distrito Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1030-14-novembro-1890-505536-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871. Approva o Regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Approva o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de Setembro de 1871. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Decreto nº 16.273, de 20 de dezembro de 1923. Reorganiza a Justiça do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16273.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985. Institui a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91450-18-julho-1985-441585-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm>. 12 jun. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 2 jul. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977. Incorpora ao texto da Constituição Federal disposições relativas ao Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc07-77.htm>. Acesso em: 2 jul. 2017.

_____. Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981. Estabelece normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp40.htm>. Acesso em: 2 jul. 2017.

_____. Lei de 29 de Novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Lei nº 5.869, de 11 de fevereiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro 2014*. Brasília: Depen; Ministério da Justiça, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

BUCCI, M. P. D. *Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, M. P. D. (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-49.

BURLE FILHO, J. E.; DAL POZZO, A. A. F.; SABELLA, W. P. Memórias das lutas pela obtenção do texto do Ministério Público na Constituição de 1988. In: BURLE FILHO, J. E.; DAL POZZO, A. A. F.; SABELLA, W. P. *Ministério Público: vinte e cinco anos do novo perfil constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2013. p. 21-181.

CABRAL NETTO, J. *O Ministério Público na Europa Latina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.

CALABRICH, B. (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*. Vol. 3: Defensorías del Pueblo. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), 2014.

CAMPILONGO, C. F. *O Direito na sociedade complexa*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPOS, B. *A questão da Constituinte: uma análise marxista*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1985.

CANOTILHO, J. J. G. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4. ed. Coimbra, Portugal: Almedina, 2000.

CHIZZOTTI, A. A Constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2014.

CLUNY, A. *Pensar o Ministério Público hoje*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997 (Cadernos da Revista do Ministério Público, 8).

CNE (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO). Câmara de Educação Básica. *Parecer nº 9/2001*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16368&Itemid=866>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA). *Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*. Brasília: CNJ, 2012 (Programa Justiça ao Jovem). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CNMP (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO). *Manual das Tabelas Unificadas do Ministério Público*. Brasília: CNMP, 2013.

_____. *Ministério Público, um retrato*: volume 6, dados 2016, ano 2017. Brasília: CNPM, 2017. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Anu%C3%A1rio_um_retrato_2017_internet.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

_____. *Tabelas Unificadas do Ministério Público brasileiro* [online]. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/tabelasunificadas/apresentacao>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CNPG (CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS). Ofício Circular nº 22/2013 e Recomendação. Disponível em: <<http://www.comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=11637#oficio>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

COMPARATO, F. K. *A civilização capitalista*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CORBUCCI, P. R. et al. *Vinte anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira*. 2009. In: Repositório de Conhecimento do IPEA. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4332>>. Acesso em: 24 set. 2017.

CORRÊA, L. A. *A judicialização da política pública de educação infantil no Tribunal de Justiça de São Paulo*. 2014. 236 p. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/jp/Downloads/Dissertacao_Luiza_Andrade_Correa_USP.pdf>. Acesso em: 28 out 2017.

COURA, A. C.; FONSECA, B. G. B. F. *Ministério Público brasileiro, entre unidade e independência*. São Paulo: LTr, 2015.

COUTO, C. G. Instituições políticas. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). *Dicionário de políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015. p. 486-490.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Orgs.). *Anuário brasileiro de educação básica 2017*. São Paulo: Todos pela Educação; Editora Moderna, 2017. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_brasileiro_da_educacao_basica_2017_com_marcadores.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CUNHA, E. S. M. Desenho institucional, participação e deliberação democráticas: conexões. In: CUNHA, E. S. M.; THEODORO, H. D. (Orgs.). *Desenho institucional, democracia e participação: conexões teóricas e possibilidades analíticas*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014. p. 19-40.

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 6. ed., São Paulo: Cortez; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília: Flacso, 2009.

CURY, C. R. J. *Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

_____. *Por um sistema nacional de educação*. São Paulo: Moderna, 2010.

DAL POZZO, A. A. Atuação extrajudicial do Ministério Público: dever ou faculdade de agir? In: RIBEIRO, C. V. A. (Org.). *Ministério Público: reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 305-316.

DALLARI, D. A. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DANTAS, A. G. Ministério Público e “ombudsman”. *Justitia*, Ministério Público do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 47, n. 131, p. 303-314, set. 1985.

DI DIO, R. A. T. *Contribuição à sistematização do direito educacional*. Taubaté: Editora Universitária, 1982.

DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. *Dicionário de políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

DINAMARCO, C. R. O Ministério Público na sistemática do Direito brasileiro. *Justitia – 60 Anos*, Ministério Público de São Paulo, número especial, p. 394-403, 1999. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/26y67x.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2011.

EISENBERG, J. Pragmatismo, direito reflexivo e judicialização da política. In: VIANNA, Luiz W. (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj/Faperj, 2003, p. 43-61.

FARENA, D. V. M. A Defensoria do Povo na Colômbia. In: CALABRICH, B. (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*. Vol. 3: Defensorías del Pueblo. Brasília: ESMPU, 2014, p. 75-111.

FARIA, J. E. *O Estado e o direito depois da crise*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Sociologia jurídica: direito e conjuntura*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERRAJOLI, L. O Estado de Direito entre o passado e o futuro. In: COSTA, P.; ZOLO, D. *O Estado de Direito: história, teoria, crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 417-464.

FERRARESI, E. A responsabilidade do Ministério Público no controle das políticas públicas. In: GRINOVER, A. P.; WATANABE, K. (Coords.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Gen; Forense, 2011, p. 489-503.

_____. Princípio da não-obrigatoriedade da ação coletiva. *MPMG Jurídico*, Belo Horizonte, v. 3, p. 35-37, jan./mar. 2008, edição especial.

FERRAZ, A. A. M. C. (Coord.). *Um novo modelo de gestão para o Ministério Público: bases de uma reengenharia institucional*. São Paulo: Edições APMP, 2003.

_____. A compreensão do atual modelo constitucional do Ministério Público brasileiro como condição para o aprimoramento de seus serviços — 1997. In: FERRAZ, A. A. M. C. *Ministério Público e afirmação da cidadania*. São Paulo: ed. Pelo autor, 1997, p. 129-136.

FERRAZ, A. A. M. C.; GUIMARÃES JÚNIOR, J. L. A necessária elaboração de uma nova doutrina de Ministério Público, compatível com seu atual perfil constitucional. In: FERRAZ, A. A. M. C. (Coord.). *Ministério Público, instituição e processo: perfil constitucional, independência, garantias, atuação processual civil e criminal, legitimidade, ação civil pública, questões agrárias*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 26-35.

FGV (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS). *Relatório ICJ Brasil. 1º semestre/2017*. São Paulo: Escola da Direito de São Paulo (FGV), 2017. Disponível em: <http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_icj_1sem2017.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAG, B. *Escola, Estado e sociedade*. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, M. C. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III: século XX. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 165-181.

GARAPON, A. *O guardador de promessas: justiça e democracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GARCIA, E. *Ministério Público, organização, atribuições e regime jurídico*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GEORGES, R. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOES, A. Percentual de adolescentes grávidas em Marsilac é 26 vezes maior que em Moema. *REDE NOSSA SÃO PAULO*, São Paulo, Instituto São Paulo Sustentável, 24 out. 2017. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/percentual-de-adolescentes-gravidas-em-marsilac-e-26-vezes-maior-que-em-moema-0>>. Acesso em: 24 out. 2017.

GOTTI, A. *A qualidade social da educação brasileira nos referenciais de compromisso do Plano e do Sistema Nacional de Educação*. São Paulo: Unesco; CNE, 2016. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a_qualidade_social_da_educacao_brasileira_projeto_914brz1009.2_cne_unesco.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. *Direitos sociais: fundamentos, regime jurídico, implementação e aferição de resultados*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Um salto quântico na defesa dos direitos sociais: garantia dos direitos sociais, com saúde e educação, é relegada a uma posição secundária. *JOTA*, 25 out. 2017. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/um-salto-quantico-na-defesa-dos-direitos-sociais-25102017>>. Acesso em: 25 out. 2017.

GOULART, M. P. *Elementos para uma Teoria Geral do Ministério Público*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

GRACIANO, M.; MARINHO, C.; FERNANDES, F. As demandas judiciais por educação na cidade de São Paulo. In: HADDAD, S.; GRACIANO, M. (Orgs.). *A educação entre os direitos humanos*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006, p. 155-196.

GUIMARÃES, D. S. A. Ministério Público: desafios para o resgate de sua legitimidade pós-golpe de 2016. *GGN*, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/blog/coletivo-mp/ministerio-publico-desafios-para-o-resgate-de-sua-legitimidade-pos-golpe-de-2016-por-daniel-serra-azul-guimarae>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

GUIMARÃES JÚNIOR, J. L. O futuro do Ministério Público: o desafio da profissionalização. *Justitia*, 2008. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/artigos/3cb7cb.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*. Vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012a.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. Vol. 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HAURIUO, M. *A Teoria da Instituição e da Fundação: ensaio de vitalismo social*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2009.

HECKERT, A. L. C.; ROCHA, M. L. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. *Psicologia & Sociedade*, n. 24 (especial), p. 85-93, 2012.

HOMEM, A. P. B. *O espírito das instituições: um estudo de história do estado*. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

HORTA, J. S. B. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67. In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 201-239.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). *Estatísticas da Educação Básica no Brasil*. Brasília: Inep, 1996. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Estat%C3%ADsticas+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica+no+Brasil/e2826e0e-9884-423c-a2e4-658640ddff90?version=1.1>>. Acesso em: 6 set. 2017.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). *Mapa das organizações da sociedade civil*. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/index.html>>. Acesso em 7 nov. 2017.

JUSTEN FILHO, M. Conceito de interesse público e a “personalização” do Direito Administrativo. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, Malheiros Editores, n. 26, p. 115-136, 1999.

JUSTIÇA HOMOLOGA acordo sobre vagas em creches na cidade de São Paulo. *TJSP* [online], São Paulo, 14 set. 2017. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=48767>>. Acesso em: 28 out. 2017.

KERCHE, F. *Virtude e limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LASSALLE, F. *O que é uma Constituição?* São Paulo: Editora Pilares, 2015.

LEMGRUBER, J.; RIBEIRO, L.; MUSUMECI, L.; DUARTE, T. *Ministério Público: guardião da democracia brasileira?* Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), 2016.

LEONEL, R. B. *Manual do processo coletivo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

LOPES, J. A. V. *Democracia e cidadania: o novo Ministério Público brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

LOPES NETO, A. Ministério Público e direitos humanos. *Justitia*, Ministério Público do Estado de São Paulo, v. 131. p. 325-334, set. 1985.

LUHMANN, N. *O direito da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LYRA, R. *Theoria e prática da Promotoria Pública*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Jacintho, 1937.

MACEDO, F. “Corrupção não diminuiu na Itália”, diz juiz da Mãos Limpas. *Estadão*, São Paulo, O Estado de S. Paulo, 24 out. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/corruptao-nao-diminuiu-na-italia-diz-juiz-da-maos-limpas/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MACEDO JÚNIOR, R. P. Evolução institucional do Ministério Público brasileiro. In: FERRAZ, A. A. M. C. (Coord.). *Ministério Público, instituição e processo: perfil constitucional, independência, garantias, atuação processual civil e criminal, legitimidade, ação civil pública, questões agrárias*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999a. p. 36-65.

_____. O Ministério Público 500 anos depois do descobrimento. In: IDEC (Instituto de Direito e Cidadania). *500 anos e o Direito no Brasil*. São Paulo: Artchip Editora, 1999b (Cadernos de Direito e Cidadania, II). p. 73-78.

MARQUES, J. B. A. *Direito e democracia: o papel do Ministério Público*. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1990.

MARQUES NETO, F. A. Entre independência institucional e neopatrimonialismo: a distorção da doutrina do “Promotor natural”. In: RIBEIRO, C. V. A. (Org.). *Ministério Público: reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 135-163.

MARREY, L. A. G.; PAULA, P. A.; LIMA, P. F. T. Ministério Público e a tutela das liberdades públicas. *Justitia*, Ministério Público do Estado de São Paulo, v. 131, p. 317-324, set. 1985.

MARTINS JUNIOR, W. P. *Ministério Público, a Constituição e as Leis Orgânicas*. São Paulo: Atlas, 2015.

MAUS, I. Judiciário como superego da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”. *Novos Estudos*, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), n. 58, 2000, p. 183-201. Disponível em: <<http://www.direitocontemporaneo.com/wp-content/uploads/2014/02/JUDICI%C3%81RIO-COMO-SUPEREGO-DA-SOCIEDADE.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MAZZILLI, H. N. A Carta de Curitiba e a Constituinte. In: CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 7º, 22-25 de abril de 1987, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), 1987, p. 227-243.

_____. *Introdução ao Ministério Público*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Propostas de um novo Ministério Público. In: CHAVES, C.; ALVES, L. B. M.; ROSENVALD, N. (Coord.). *Temas atuais do Ministério Público: a atuação do Parquet nos 20 anos da Constituição Federal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010, p. 133-143.

_____. *Regime jurídico do Ministério Público*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, A. G. C. *Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MONTESQUIEU, barão de, C.-L. de Secondat. *Do espírito das leis*. Bauru: Edipro, 2004.

MORAIS, J. L. B. A atualidade dos direitos sociais e a sua realização estatal em um contexto complexo e em transformação. In: STRECK, L. L.; MORAIS, J. L. B. *Constituição, sistemas sociais e hermenêutica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado; São Leopoldo: Unisinos, 2010, p. 101-120.

MOTTA, L. E. Judicialização da política e representação funcional no Brasil contemporâneo: uma ameaça à soberania popular? In: MOTTA, L. E.; MOTA, M. (Orgs.). *O Estado Democrático de Direito em questão: teorias críticas da judicialização da política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 50-75.

NERY, R. M. B. B. A. Notas sobre a justiça e o Ministério Público no direito da Alemanha Ocidental. *JUSTITIA*, Ministério Público de São Paulo, v. 48, n. 136, p. 42-105, out./dez., 1986. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/3y53b1.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

NEVES, M. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil — o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhman e Habermas*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

NOGUEIRA, M. A. Processos formativos permanentes: estratégia para a consolidação do Ministério Público de que se necessita. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, São Paulo, Escola Superior do Ministério Público (ESMP), v. 8, p. 295-300, jul./dez. 2015.

_____. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLÍMPIO, E. O. Defensorías del Pueblo sul-americanas — Peru. In: CALABRICH, B. (Org.). *Modelos de Ministerios Públicos e Defensorías del Pueblo*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), 2014, p. 195-231.

OLIVEIRA, J. F. B. O Ministério Público e os direitos humanos. *Justitia*, Ministério Público do Estado de São Paulo, v. 131, p. 335-351, set. 1985.

OLIVEIRA, L. L. A Defensoría del Pueblo equatoriana: lições para o Brasil In: CALABRICH, B. (Org.). *Modelos de Ministerios Públicos e Defensorías del Pueblo*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), 2014, p. 113-151.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 13 out.2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAIVA, R. G. Direito educacional: do fato ao direito. In: TRINDADE, A. (Coord.). *Direito educacional em uma ótica sistêmica*. Curitiba: Juruá, 2010, p.63-96.

PASSOS, J. A. *A judicialização da política pública de educação infantil no município de São Paulo: um estudo de caso sobre as decisões do GTIEI*. São Paulo: 2016, Sociedade Brasileira de Direito Público. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/303_monografia_2016_JuliaAdib.pdf>. Acesso em: 28 out 2017.

PEREZ, M. A. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, M. P. D. (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 163-176.

PINHEIRO, Maria Francisca. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas Constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 255-291.

PINTO FILHO, A. Constituição, classes sociais e Ministério Público. In: FERRAZ, A. A. M. C. (Coord.). *Ministério Público: instituição e processo*. São Paulo: Atlas, 1997, p. 66-89.

PORTUGAL. *Codigo Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas por Mandado D'El-Rey Philippe I*. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa*. VII Revisão Constitucional. 2005. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PORTUGAL. *Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*. Livro I. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17841>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

RANIERI, N. B. S. A Cátedra Unesco de Direito à Educação da Faculdade de Direito: Democracia, cidadania e direito à educação. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 108, p. 375-396, nov. 2013a. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67990>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. *O direito educacional no sistema jurídico brasileiro*. In: ABMP, Todos Pela Educação (Org.). *Justiça pela Qualidade na Educação*. São Paulo: Saraiva, 2013b, p. 55-103.

_____. *Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. Barueri: Manole, 2013c.

RASSAT, M.-L. *Le Ministère Public, entre son passé et son avenir*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1967.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade 2017*. São Paulo: Instituto São Paulo Sustentável, 2017. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/mapa-da-desigualdade-2017.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. *Percentual de adolescentes grávidas em Marsilac é 26 vezes maior que em Moema*. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/percentual-de-adolescentes-gravidas-em-marsilac-e-26-vezes-maior-que-em-moema>>. Acesso em: 24 out. 2017.

REINERT, E. S. *Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, C. V. A. (Org.). *Ministério Público, reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, L. L. G. *Direito educacional, educação básica e federalismo*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

RIZZI, E.; XIMENES, S. Litígio estratégico para a mudança do padrão decisório em direitos sociais: ações coletivas sobre educação infantil em São Paulo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (ANDHEP), 8, 28-30 abr. 2014, São Paulo. *Anais...* Brasília: Andhep, 2014. p. 2471-2492. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo_EsterRizzi_SalomaoXimenes_litigioestrategicoeducacaoinfantil.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

ROCHA, A. F. O. O Judiciário e a concretização dos direitos fundamentais sociais: jurisdição e políticas públicas. In: STRECK, L. L.; MORAIS, J. L. B. (Orgs.). *Constituição, sistemas sociais e hermenêutica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora; São Leopoldo: Unisinos, 2010, p. 17-30.

ROCHA, M. B. M. Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas Constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2014, p.132-152.

ROSENVALD, N. O Ministério Público e a vinculação dos particulares aos direitos fundamentais sociais. In: CHAVES, C.; ALVES, L. B. M.; ROSENVALD, N. (Coord.). *Temas atuais do Ministério Público: a atuação do Parquet nos 20 anos da Constituição Federal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

SADEK, M. T. *A construção de um novo Ministério Público resolutivo*. Palestra apresentada na Semana do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 8 set. 2008. Disponível em <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135/constru%C3%A7%C3%A3o%20novo%20mp_Sadek.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SANTANA, M. A atuação do Ministério Público na vigência da Lei do Ventre Livre na província do Rio de Janeiro (1871-1888). *Dia-Logos: Revista dos alunos de Pós-Graduação em História da UERJ*, n. 7, p. 158-171, nov. 2013.

_____. Ministério Público. De defensor dos direitos do Rei a defensor dos direitos do povo: uma evolução histórica no Rio de Janeiro. *Revista do Ministério Público*, Ministério Público do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1995.

SAUWEN FILHO, J. F. *Ministério Público brasileiro e o Estado Democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

_____. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, D. *et al.* *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 9-32.

_____. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, M. *Revisitando o Ginásio Vocacional: um “locus” de formação continuada*, 1999. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, J. P. F. Corte etário: em defesa da infância e da educação infantil. *Justitia*, Ministério Público de São Paulo, n. 68-69, v. 202/203), p. 159-204, jan./dez. 2011-2012. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/688a04.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SILVEIRA, A. A. D. *O direito à educação de crianças e adolescentes: análise da atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo (1991-2008)*. 2010. 304 p. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-144259/pt-br.php>>. Acesso em: 31 out. 2017.

SIQUEIRA NETTO, C.; DUARTE, P. T. B. Ministério Público: uma nova estratégia para seu aperfeiçoamento. *Justitia – 60 Anos*, Ministério Público de São Paulo, número especial, p. 709-717, 1999. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/640zw9.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. *et al.* *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 33-84.

STRECK, L. L. E que o texto constitucional não se transforme em um latifúndio improdutivo... — uma crítica à ineficácia do Direito. In: SARLET, I. W. (Org.). *O direito público em tempos de crise: estudos em homenagem a Ruy Ruben Ruschel*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 175-188.

_____. *O que é isto – decido conforme minha consciência?* 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

_____. *Verdade e consenso: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

STRECK, L. L.; MORAIS, J. L. B. *Ciência política e Teoria do Estado*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2014.

SUCUPIRA, N. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas Constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 55-68.

SZNICK, V. Ombudsman e Ministério Público defensor público na Constituição. In: CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 7º, 22-25 de abril de 1987, Belo Horizonte. *Teses: 7º Congresso Nacional do Ministério Público*. Volume 1. Belo Horizonte: Confederação Nacional do Ministério Público (Conamp), 1987, p. 181-190.

TATE, C. N.; VALLINDER, T. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York and London: New York University Press, 1995.

TEIXEIRA, A. *Educação é um direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2009.

TERRAZAS, F. V. O Poder Judiciário como voz institucional dos pobres: o caso das demandas judiciais de medicamentos. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 253, p. 79-115, jan. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8047>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UN (UNITED NATIONS). *Report of the Special Rapporteur on The Right to Education, Kishore Singh*. 11 May 2013. Disponível em: <[www.http://repository.un.org/handle/11176/304241](http://repository.un.org/handle/11176/304241)>. Acesso em: 21 maio 2016.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). *Human development report 2016*. New York: UNDP, 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). *Accountability in Education: Meeting our Commitments*. Global Education Monitoring Report 2017/8. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002593/259338e.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. *Position Paper on Education Post-2015*. Feb. 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002273/227336E.pdf>>. Acesso em: 21.04.2016.

_____. *Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos*. Relatório de monitoramento global da educação. Resumo, 2017/8. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002595/259593por.pdf>>. Acesso em 7 nov. 2017.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: VIANNA, L. W. (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ/FAPERJ, 2003, p. 337-482.

VIANNA, L. W. (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ/FAPERJ, 2003.

VIANNA, L. W. *et al.* *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VIEIRA, O. V. Do compromisso maximizador ao constitucionalismo resiliente. In: DIMOULIS, D. *et.al.* *Resiliência constitucional: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual*. São Paulo: DIREITO GV, 2013 (Série Pesquisa Direito GV), p. 18-24.

XIMENES, S. B. *Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

ZOLO, D. Teoria e crítica do Estado de Direito. In: ZOLO, D.; COSTA, P. (Orgs.). *O Estado de Direito: história, teoria, crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 1-95.